



Acesse o PDF da Sinopse de Notícias no [site da 7ª CCR](#) e na [Intranet](#)

Quarta-feira
(30/05)

Manchetes

EXTRA: STJ determina permanência de tenente-coronel condenado por morte de Patrícia Acioli em presídio federal

O Globo: Praça Seca vira prioridade para a intervenção federal

O Globo: Polícia prende 36 pessoas em área de milícia por crime ambiental

Estadão: Policial federal é preso por distribuir cigarro apreendido para caminhoneiros no Paraná

Síntese das principais notícias

Controle Externo

Interesses políticos: **UOL** noticia que o secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, general Richard Nunes, afirmou que as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) "se expandiram de maneira irresponsável" com o intuito de "satisfazer interesses políticos-eleitorais". O secretário declarou que não pensa em "acabar com as UPPs", e sim remodelar o projeto segundo critérios técnicos e padronizados. Ele criticou as condições de trabalho oferecidas aos policiais lotados nas UPPs. A declaração ocorreu durante apresentação de balanço dos cem dias da intervenção federal no RJ, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na zona sul carioca.

100 dias: A intervenção federal militar no Rio de Janeiro completou 100 dias na última terça-feira (29). Segundo a Secretaria de Segurança, os roubos de cargas, veículos, residências, pedestres e coletivos diminuíram. Por outro lado, os crimes de letalidade violenta, como homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal, tiveram aumento. Notícia do **R7**.

Ação da PGR: **JOTA** publicou artigo opinativo, subscrito por entidades de Direitos Humanos, que destaca o papel do Ministério Público Federal na Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n.º 5.915 contra o Decreto da Intervenção Federal, que tramita no



Supremo Tribunal Federal. Segundo os autores, a PGR terá, nos próximos dias, a missão de opinar pelo provimento da referida ADIn. O Decreto defende ao menos quatro pontos de inconstitucionalidade na intervenção federal, que completa hoje (30) cem dias.

Prioridade da intervenção: **O Globo** noticia que o secretário estadual de Segurança, Richard Nunes, afirmou que uma das prioridades da intervenção federal no momento é reestruturar a forma de funcionamento do 18º BPM (Jacarepaguá), que abrange a área da Praça Seca. Segundo Nunes, a intenção é criar uma companhia destacada para policiar a região. Em discurso, o general criticou o poder público, a nível municipal, por ter permitido o crescimento desordenado de comunidades na região.

Vila Kennedy: Considerada o laboratório da intervenção federal, a Vila Kennedy, na Zona Oeste, comunidade onde foram realizadas as primeiras operações das Forças Armadas no Rio após a chegada dos militares, hoje já não conta mais com a presença diária do Exército. E, de acordo com moradores, já não se vê policiamento ostensivo na região. Notícia do **O Globo**.

Crime ambiental: Trinta e seis pessoas foram presas em flagrante durante uma operação do Comando de Polícia Ambiental (Cpam) no Itanhangá, na Zona Oeste do Rio, para reprimir crimes ambientais em áreas sob influência de milicianos. Na Estrada de Jacarepaguá, altura da localidade de Muzema, policiais militares flagraram desmatamento, extração irregular de minerais e recursos hídricos, como a perfuração de poços, além de construções urbanas clandestinas. Segundo os policiais, as construções em andamento não possuíam autorizações dos órgãos competentes. Notícia do **O Globo**.

Prisão de PF: Estadão informa que a Polícia Federal em Guaíra, no Paraná, realizou a prisão em flagrante de um agente da corporação filmado enquanto distribuía cigarros contrabandeados do Paraguai para caminhoneiros em greve. O agente Fabricio Bassetti Moraes, segundo o vídeo em posse da PF, foi flagrado ao lado de um veículo carregado de cigarro apreendido na cidade de Altônia. Durante a filmagem, manifestantes vão até o veículo e pegam maços de cigarro. A PF informou ter instaurado uma investigação para apurar a conduta do agente e tomar as medidas cabíveis. O agente pode ser enquadrado no crime de peculato.



'Corredor de segurança': G1 informa que equipes do Exército e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciaram uma operação para garantir a circulação de caminhões na Dutra. Os militares se deslocaram com pontos com manifestação de caminhoneiros para impedir que caminhões que queiram passar sejam barrados e para liberar veículos que queiram deixar o movimento. A rodovia permaneceu com o tráfego livre na maior parte do tempo do protesto, mas apenas para carros de passeio. Caminhões eram abordados por manifestantes e impedidos de seguir viagem. A partir desta quarta-feira (30) as equipes do exército e PRF vão impedir essa prática.

Desbloqueio de vias: A Força Nacional e a Polícia Rodoviária Federal desbloquearam a BR-381 (Fernão Dias) em Igarapé, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em Betim, o Exército e o Batalhão de Choque da Polícia Militar também tentam desmobilizar o protesto e permitir a continuidade da viagem dos caminhoneiros. Lá, o 'caveirão', blindado da PM, é usado na ação. A operação tem como objetivo garantir a chegada e saída de caminhões-tanque da Regap. Militares do Exército também dão apoio na operação. Notícia do **O Tempo**.

Responsáveis por greve: O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, chamou empresários do setor de distribuição de combustíveis de "inescrupulosos" em entrevista nesta terça-feira à rádio CBN, e disse que eles vão pagar pelo que afirma ser um locaute que está por trás da paralisação dos caminhoneiros. O ministro afirmou que uma investigação ampla está em andamento para descobrir os movimentos políticos que estariam infiltrados na paralisação dos caminhoneiros com a tentativa de atingir o governo e a estabilidade do país. Notícia do **UOL**.

Sistema Prisional

A Saga do Carandiru: Folha de S. Paulo informa que, após decisão do corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, pelo não recebimento de reclamação disciplinar contra o desembargador Ivan Sartori, ex-presidente do TJ-SP, que pediu a anulação do júri e a absolvição dos 74 policiais militares, justificando a ação da polícia militar na ocasião como "legítima defesa", organizações de direitos humanos e ativistas mostraram preocupação e cobraram apuração do caso à presidente do CNJ,



ministra Cármen Lúcia. Entre as organizações que assinaram a nota pública estão a Conectas, a Justiça Global, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Vladimir Herzog e outras nove entidades, além de ativistas e defensores de direitos humanos.

Permanência em presídio: Ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinaram a permanência do tenente-coronel Cláudio Luiz Silva de Oliveira, condenado como mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, no presídio federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte. A decisão foi tomada por unanimidade, pela Terceira Seção do tribunal. Patrícia Acioli foi assassinada, com 21 tiros na porta de sua casa, em Niterói, por policiais militares do 7º BPM (São Gonçalo) em agosto de 2011. Era titular da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo e atuava em diversos processos em que os réus eram policiais militares do município e estavam envolvidos em execuções. Notícia do **EXTRA**.

Novo modelo: Criado na década de 1970 pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni, o sistema da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) se tornou modelo em gestão de penitenciárias e será implantado em Mato Grosso ainda este ano. A Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ-MT) realizou uma audiência pública na sexta-feira (25) para debater o assunto com a sociedade como parte de uma das fases de implantação. O modelo busca a humanização do sistema prisional e também da execução penal em si. De acordo com o presidente da Comissão de Direito Carcerário da OAB-MT, Waldir Caldas Rodrigues, neste modelo, o índice de reincidência dos apenados é de apenas 20%. Notícia do **Circuito Mato Grosso**.